Associação dos Advogados de Macau

澳 門 律 師 公 會

Associação dos Advogados de Macau

EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE ESTÁGIO DE 2019

Prova Escrita

7 de Dezembro de 2019

Direito Civil e Processo Civil

Leia o enunciado com atenção e responda somente ao que lhe é perguntado, indicando sempre as disposições legais aplicáveis e, se entender necessário, doutrina e jurisprudência.

ALBERTO e MARIA são casados e têm dois filhos, ambos menores: CAROLINA, de 15 anos de idade, e RICARDO, de 7 anos de idade.

CASO I

No dia 15 de Novembro, pelas sete horas da manhã, ALBERTO e MARIA sairam da sua casa, sita na Taipa, para levar a filha CAROLINA à escola. Encarregaram a sua empregada MANUELA de tomar conta de RICARDO.

RICARDO implorou à empregada que fossem brincar para o parque central da Taipa, pelo que ambos sairam de casa por volta das nove da manhã. À entrada do parque, a empregada MANUELA encontrou uma prima que já não via há muito tempo e entusiasmada começou a conversar com ela. RICARDO farto de esperar, começou a jogar à bola no passeio. A bola fugiu para a estrada e RICARDO correu atrás da mesma para a faixa de rodagem, sem que a empregada MANUELA tivesse reparado.

Nessa altura, na referida faixa de rodagem, circulava o veículo automóvel ligeiro conduzido pelo seu proprietário, LUÍS. LUÍS apercebeu-se do aparecimento do menor RICARDO à frente do seu veículo e tentou travar mas, atrapalhou-se e, carregou no acelerador.

RICARDO acabou por ser colhido pelo veículo conduzido por LUÍS, caiu na faixa de rodagem e embateu com a cabeça no solo, sofrendo lesões no crânio. A roupa de RICARDO ficou completamente estragada, bem como a bola, assinada pelo seu ídolo Cristiano Ronaldo.

RICARDO foi assistido ainda no local pelos bombeiros que lhe lhes prestaram os primeiros socorros e o transportaram para o Hospital Conde de São Januário onde deu entrada na urgência e levado para os cuidados intensivos. Após 1 hora de muito sofrimento e dor, não resistiu aos ferimentos, e veio a falecer.

Os pais de RICARDO dispenderam 15 mil patacas com o funeral do filho.

A morte de RICARDO causou um profundo abalo psicológico nos pais. As discussões passaram a ser constantes até que deixaram de falar um com o outro. O pai do RICARDO, ALBERTO, decidiu voltar para Portugal, deixando MARIA e CAROLINA sozinhas em Macau. A mãe de RICARDO, MARIA, perdeu o gosto pela vida, continua amargurada e chora desesperadamente ao falar do acidente.

À data do acidente, o veículo conduzido por LUÍS não estava segurado.

1 – Atenta a factualidade descrita, refira a quem, a que título, e em que medida, é de imputar a responsabilidade civil pelo acidente, de que resultou a morte do menor RICARDO? (2 valores)

2 – Indique e caracterize, de forma fundamentada, os danos que podem ser indemnizados neste caso (1,5 valores)

3 – Passados 9 meses da notícia do crime, ainda não foi proferido despacho de acusação, pelo que o pedido de indemnização cível pode ser deduzido em separado, em acção cível. **Quem tem legitimidade para deduzir o pedido em acção cível, pelos danos resultantes da morte de RICARDO?** (1 valor)

CASO II

MARIA decide propor acção de divórcio ligitioso com base na violação do dever de coabitação. ALBERTO, que ainda se encontrava em Portugal e aí foi devidamente citado, não contestou.

No saneador, o juiz dá a acção como procedente por provada e decreta o divórcio.

1- Qual o prazo que ALBERTO tinha para contestar? (**0.25 valores**)

2 - Do ponto de vista processual, o juiz poderia ter proferido decisão final de mérito no saneador? (**0.25 valores**)

DIREITO COMERCIAL

Leia com atenção o enunciado e procure responder de forma concisa às questões colocadas fundamentando com as normas legais que considera aplicáveis e que deverá citar:

I. 1,5 valores

Caso Prático

Em Dezembro de 2013 o Conselho de Administração da sociedade denominada Cidade Maravilhosa Lda. (a "Sociedade") aprovou em reunião devidamente convocada uma deliberação em que considerou como entradas de dinheiro na Sociedade diversas transferências efectuadas para a conta bancária pessoal de um administrador, sem que este tenha alguma vez reposto ou restituído tal dinheiro à Sociedade. Na mesma reunião o Conselho de Administração aprovou também a emissão de diversos cheques sobre uma conta da Sociedade a favor de uma pessoa com quem a Sociedade nunca teve quaisquer relações.

1.1 Comente a actuação do Conselho de Administração da Sociedade e como poderá esta reagir contra tal actuação. (0,5 valores)

1.2 Imagine que, como advogado, foi procurado pelo Sr. Leong, membro do Conselho de Administração, que alegou não ter estado de acordo com as referidas deliberações. Que meios de defesa usaria caso o seu cliente Sr. Leong fosse demandado judicialmente. (1 valor)

II. 2 valores

2.1 Diga em que consiste o ágio ou prémio de emissão. (0,5 valores)

2.2 Explique a forma como o ágio ou prémio de emissão é fixado, dando um ou dois exemplos das razões que o justificam. (0,5 valores)

2.3 Explique qual o destino a dar ao ágio ou prémio de emissão. (0,5 valores)

2.4 Explique se, na sua perspectiva, é possível a aplicação do regime do ágio ou prémio de emissão às sociedades por quotas. (0,5 valores)

III. 1,5 valores

3.1 Diga sucintamente em que consiste uma letra e uma livrança, apontando as principais diferenças entre ambas. (0,5 valores)

3.2 O Sr. Ao exige a Sr. Bernardino a subscrição de uma livrança para garantia do reembolso de um determinado empréstimo. O Sr. Ao exige também que essa livrança seja avalizada pelo Sr. Cheng. O Sr. Bernardino não assina a livrança ao contrário do Sr. Cheng que apõe a sua assinatura no verso a seguir à expressão "Bom para aval". O Sr. Ao dirige-se ao seu escritório de advocacia referindo que o Sr. Bernardino não reembolsou o empréstimo na data acordada e que, portanto, pretende executar a livrança. O que, como advogado, diria ao seu cliente o Sr. Ao? (0,5 valores)

3.3 Qual a natureza do aval dado numa letra ou numa livrança? (0,5 valores)

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

(5 valores)

As respostas devem ser claras, suscintas e com letras legíveis, aplicando somente os princípios de Direito Penal e de Direito de Processo Penal de Macau, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

No dia 11 de Outubro de 2019, o Sr. A (maior, residente permanente de Macau, empregado da reparação de oficina de automóveis), transportou consigo HKD$100,000.00 em numerário de Hong Kong para Macau. Quando entrou em Macau, foi interceptado pelo Sr. B, guarda de alfândega (namorado da Sra. C). O Sr. A preocupado em poder ser multado devido ao transporte de montante de dinheiro em numerário superior aos limites legais, assim, através de WeChat, contactou com a Sra. C (maior, residente permanente de Macau, bombeiro), sua colega de escola secundária, pedindo-lhe ajuda. O conteúdo conversa é o seguinte:

Sr. A: Olá C, quando eu estava a entrar na fronteira de Macau, como estava a transportar um montante elevado de dinheiro em numerário, fui interceptado pela alfândega. Por acaso, a pessoa que me interceptou é teu namorado, por favor, pede-lhe para me ajudar, deixando-me e ir embora,irei pagar-lhe MOP$5,000.00 como recompensa, pode ser?

Sra. C: Está bem, vou contactar com ele imediatamente, fica descansado!

De seguida, a Sra. C contactou com o seu namorado Sr. B através de WeChat, com o seguinte conteúdo da conversa:

Sra. C: A pessoa que estás a interceptar é o meu amigo A, podes libertá-lo e deixar-lhe ir embora?

Sr. B: Está bem, não há problema.

De seguida, a Sra. C telefonou ao Sr. A, revelando que o Sr. B aceitou o negócio, e que o mesmo será libertado. Pouco depois, o Sr. B libertou o Sr. A.

Duas horas depois, o Sr. A entregou MOP$5,000.00 à Sra. C que tinha prometido pagar como recompensa. Porém, a Sra. C fez o montante como seu, sem entregar o dinheiro ao Sr. B.

Quinze dias depois, o Ministério Público recebeu uma denúncia e deu início ao inquérito, tendo constituído A, B e C como arguidos, e os telemóveis dos três foram apreendidos.

- - -

Pergunta 1 (2 valores) :

Durante o período de inquérito, o Ministério Público descobriu que os telefones apreendidos estavam fechados com código, pelo que, pediu aos três arguidos para fornecer os códigos para aceder aos telemóveis apreendidos.

1. O Ministério Público pode exigir aos arguidos para fornecer tais códigos? Indique os fundamentos legais.
2. Pelo contrário, os arguidos podem recusar de fornecer tais códigos? Indique os fundamentos legais.

Pergunta 2 (3valores) :

Após inquérito, os três arguidos confessaram todos os factos.

1. Os três arguidos cometeram quaisquer dos crimes previstos nos artigos 337.º a 339.º do Código Penal? Indique os respectivos factos e fundamentos legais.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO

Responde às perguntas, fundamentando e indicando as disposições legais, apenas aplicando o Código do Procedimento Administrativo e o Código do Processo Administrativo Contencioso.

1. A pretende pedir uma licença para explorar um restaurante, e para satisfazer determinados requisitos, é necessário apresentar o requerimento até 10 de Dezembro de 2019. Nesse dia, quando A se dirigiu à entidade competente apresentar o pedido e a documentação, o funcionário que o recebeu disse-lhe que faltava ainda um documento, recusando-se de aceitar o pedido do A. Como A tinha necessariamente de apresentar o pedido nesse dia, como advogado de A, que opinião iria dar e como iria ajudá-lo? (1valores)
2. Suponha que depois de entregar o pedido, A recebeu a notificação de indeferimento do pedido emitida pela entidade competente, com o seguinte conteúdo:
   "O Conselho de Administração indefere o pedido de emissão de licença.

Presidente do Conselho de Administração para os Assuntos Municipais do Instituto Para os Assuntos Municipais de Macau
(Assinatura)
3 de Janeiro de 2020"

a) A notificação está de acordo com a exigência legal? (0,5 valores)
b) Como advogado de A, como iria fazer e reagir? (1valor)
c) Suponha que aquando da preparação do recurso contencioso em representação do A, foi-lhe recusado de consultar os autos do processo administrativo, o que iria fazer? Que meios administrativos e/ou judiciais irá adoptar? (1 valor)

LEI BÁSICA

Faça uma exposição sobre a relação entre a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e a Constituição da República Popular da China. (1,5valores)